

Audição Pública com os trabalhadores do sector financeiro

No âmbito da campanha «Mais força aos trabalhadores» realizou-se, ao final da tarde de 22 de Março, uma audição pública do Partido com os trabalhadores do sector financeiro, onde participaram o Secretário-Geral, Paulo Raimundo, outros dirigentes e largas dezenas de trabalhadores da banca e dos seguros.

A degradação dos direitos e salários dos trabalhadores do sector financeiro e dos serviços prestados aos clientes ajudam a explicar os lucros fabulosos que as seguradoras vêm acumulando, assim como a manutenção de práticas especulativas só possíveis porque o patronato sabe que os governos ao seu serviço promovem a acumulação de riqueza em caso de bonança e o resgate público dos prejuízos quando o desastre ocorre.

Em síntese, estas foram algumas das conclusões que se podem tirar da audição realizada, onde o objectivo primordial foi ouvir o testemunho dos trabalhadores do sector financeiro quanto à situação nos respectivos locais de trabalho, quanto às suas reivindicações e perspectivas de luta, enquadrando-os no contexto em que as empresas de seguros festejam lucros escandalosos e a bater recordes. Com efeito, o que os testemunhos e intervenções dos trabalhadores confirmaram foi que a ofensiva contra a contratação colectiva e os despedimentos encapotados abriram caminho à consolidação de relações e condições laborais onde predominam a precariedade dos vínculos, os baixos salários, a discriminação salarial e a sua mitigação através de prémios e bónus de atribuição arbitrária e a fomentarem a chantagem e a competição, o trabalho suplementar

abusivo e não pago, a fixação de objectivos inacessíveis e sem discussão com os trabalhadores e as suas organizações representativas, a desregulação dos horários e intensificação dos ritmos de produção, aumentando as doenças profissionais.

O *outsourcing* constitui, simultaneamente, um corolário e um permanente acelerador desta realidade, a par do recurso abusivo à digitalização, ao trabalho remoto e ao encerramento de balcões, privando os clientes de serviços de proximidade, minando a coesão territorial, quer se tratem de serviços bancários ou de seguros.



Há perspectivas de resposta por parte dos trabalhadores de seguros. Pese embora os relatos trazidos ao debate mostrarem que, em todas as empresas e grupos do sector, a ofensiva patronal tem conseguido impor a degradação das condições laborais e dos serviços prestados em diversos domínios, não é menos verdade que os trabalhadores e as suas organizações sindicais de classe identificam os problemas e não desistem de intervir, em unidade, o que é determinante no presente e para o futuro, disse Paulo Raimundo, já no encerramento da audição, valorizando ainda o conhecimento acrescentado, com esta iniciativa, que permitirá ao PCP agir mais e melhor.

(texto elaborado a partir do Avante! de 30 de Março)

25 de Abril e 1.º de Maio

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou claras transformações económicas e sociais.

O 1.º de Maio, dia do Trabalhador, é, desde 1890, comemorado em Portugal com iniciativas festivas e de luta. Em 1919, pela primeira vez, leva à consagração, em lei, da jornada de oito horas de trabalho para os trabalhadores do comércio e indústria, continuando os pescadores e os trabalhadores agrícolas a trabalhar de "sol a sol".

Durante a ditadura fascista, de 1926 a 1974, o governo proibiu, reprimiu e encarcerou muitos dos que continuaram a organizar e a comemorar o Dia do Trabalhador.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

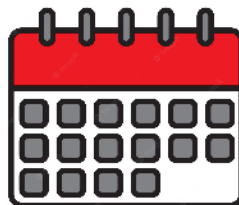
Participa nas comemorações do 25 de Abril na Avenida da Liberdade e na jornada de Luta do 1.º de Maio convocada pela CGTP-IN do Martim Moniz à Alameda!



NÚMEROS AVULSOS

Calcula-se que os lucros das seguradoras ascendam a cerca de **mil milhões de euros**, crescendo à duplicação dos lucros durante a crise epidémica;

Mais de uma dezena de seguradoras operam em Portugal **sem qualquer trabalhador** registado, representando o pináculo da externalização de serviços.



SABIAS QUE?

• **25 de Abril de 1974**, quinta-feira, Revolução que libertou Portugal do fascismo

• **1.º de Maio de 1974**, quarta-feira, primeiro 1.º de Maio comemorado em Liberdade

• **11 de Março de 1975**, terça-feira, golpe militar fracassado, com fortes indícios de financiamento pelos banqueiros e encerramento da banca ao público

• **14 de Março de 1975**, sexta-feira, nacionalização da banca, de modo a estancar a fuga de capitais, e reabertura ao público

• **15 de Março de 1975**, sábado, nacionalização dos seguros

• **25 de Abril de 1975**, sexta-feira, primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte

• **25 de Abril de 1976**, domingo, entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa

• **8 de Julho de 1989**, sábado, aprovação da segunda revisão da Constituição, pondo fim à irreversibilidade das nacionalizações

• **1989**, privatização de 49% do capital da Aliança Seguradora e da Tranquilidade pelo governo PSD de Cavaco Silva, seguidas de outras privatizações nos anos seguintes

• **2014**, privatização da Fidelidade, Cares e Multicare, anteriormente integradas na Caixa Geral de Depósitos, pelo governo do PSD de Passos Coelho e Paulo Portas

Queres

receber mais notícias? ser contactado(a)?

Envia-nos um e-mail para seguros@dorl.pcp.pt com o teu nome e contacto.